



## **Redes Sociais e Comunicação Política<sup>1</sup>:** ***O caso do vereador Danilo Funke***

Marcel Silvano da Silva Souza<sup>2</sup>  
Uniflu  
Faculdade de Filosofia de Campos, RJ

### **RESUMO**

Em seu site oficial, o vereador da cidade de Macaé Danilo Funke expôs uma votação aberta da Câmara. Em seu perfil oficial no microblog twitter, através da ferramenta twitcam, transmitiu em tempo real sessões públicas da Câmara de Vereadores da cidade. Essas ações de comunicação geraram um processo de cassação por uso indevido da imagem dos demais parlamentares macaenses. O fato foi assunto em veículos da grande mídia nacional e motivo de muita repercussão no próprio microblog, em outros legislativos e no congresso nacional. Este trabalho retoma alguns dos temas apontados pela monografia produzida como pré-requisito para conclusão do curso de jornalismo na Faculdade de Filosofia de Campos apresentada em 18 de junho de 2011, apresenta o caso citado e aponta para discussões sobre a democratização da comunicação e a utilização das redes sociais para maior controle por parte da população sobre os espaços de poder constituídos.

**PALAVRAS-CHAVE:** democratização da comunicação; mandato popular; redes sociais; regulamentação da comunicação; controle social.

### **Introdução**

Como uma ação de comunicação digital de um vereador de oposição em Macaé, com pouco acesso à imprensa local, atinge as páginas dos maiores jornais impressos brasileiros e de blogs, sites de notícias, redes sociais, e entra nos registros de outras Câmaras de Vereadores, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), e do Congresso Nacional.

A transmissão ao vivo das sessões abertas da Câmara de Vereadores, em sua conta na rede social Twitter, além da utilização das fotos oficiais dos vereadores em seu site oficial, dando repercussão a uma votação, podem custar ao vereador Danilo o seu mandato por quebra de decoro parlamentar. Quais os desdobramentos disso? Quais foram os passos para se chegar à denúncia de cassação? Como foi a repercussão na

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática Estudos Interdisciplinares da Comunicação, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Recém graduado no curso de jornalismo do Centro Universitário Fluminense - UNIFLU/Fafic, email: [marcelsilvano@gmail.com](mailto:marcelsilvano@gmail.com)



imprensa local e nacional? Estas são algumas das questões que este estudo busca responder.

### **Redes Sociais e Comunicação Política:**

#### **O caso do vereador Danilo Funke**

A Comunicação Política é uma área de estudo ainda em construção, porém com evoluções ao longo do tempo. Deixou de, apenas ter significado da relação entre governos e governados para tudo que está relacionado à comunicação na vida política. A partir daí, são partes dessa vertente da comunicação: a construção, o envio, a recepção e o processamento da mensagem e, ainda, qual o impacto direto ou indireto que pode gerar sobre quem recebe as informações.

Pode-se considerar relevantes para a pesquisa em Comunicação Política 10 pontos, defendidos por MIDÕES (2009). 1. Formulação das políticas de comunicação, relação dos meios com poderes econômicos; 2. Preservar um mercado de idéias aberto, pouca eficiência na regulação e legislação; 3. Diferenças no seio de uma cultura global, comunicação política necessita conhecer as diferenças culturais; 4. Os “media” como agentes de socialização política; necessidade de avançar nas definições das consequências dos novos meios de comunicação na integração da sociedade; 5. Campanhas de informação pública; as campanhas de pontos comuns aos assuntos gerais da sociedade, usados como chavão e pouco aprofundados (saúde, educação); 6. A retórica dos líderes políticos; O discurso como estímulo poderoso; 7. A retórica das negociações; características das retóricas em espaços de negociação política; 8. As limitações da aprendizagem; As reações do cérebro humano diante das informações políticas que recebe precisa ser mais aprofundado; 9. “User-friendliness factors”; Buscar caminhos para que informação não seja descartada pelo leitor ou espectador. Há muitas informações que são rejeitadas; 10. Análise em Rede;

No aspecto da priorização e definição das informações a serem trabalhadas, a comunicação política, os interesses dos jornais e de quem os mantém se sobrepõem à opinião e à liberdade de escrita do jornalista. É uma modalidade da comunicação que está inserida num modelo de comunicação em que os veículos midiáticos e as personalidades políticas tornaram-se produtos de mercado e dos interesses econômicos. Definições das políticas de comunicação estão diretamente relacionadas às relações



econômicas e políticas do veículo e que os cidadãos deixam de ser participantes ativos da política para se tornarem meros consumidores da política. Fato que ABRAMO (1988) também explicita.

Dainte deste diagnóstico, de pouca inserção dos jornalistas e, consequentemente a população em geral na escolha do que será informado no âmbito da Comunicação Política, entram em cena as novas ferramentas de comunicação. Redes sociais, blogs, mini-blogs, passam a atuar de forma intensa na transformação de uma sociedade que deixou de ter opinião para um resgate da argumentação e da livre expressão. Uma contribuição para a construção da cidadania a partir do controle social.

“Assim, o desenvolvimento de condições políticas para a construção da cidadania é altamente dependente da capacidade dos indivíduos para desenvolver um sentido de comunidade que, preservando os espaços de liberdade, tenda por sua vez a incrementar os níveis tanto de responsabilidade como de controle social” BRESSER PEREIRA e GRAU (1999)

Por todo mundo, praticamente todos os meios de comunicação são empresas de comunicação, inclusive o Brasil, que tem um modelo de concessão estatal, no caso de rádio e televisão, a empresas privadas. CHAUI (2006) faz duas considerações quando avalia os meios de comunicação, uma no aspecto econômico e outra no aspecto ideológico. No aspecto econômico considera a característica de que os meios de comunicação são empresas privadas e aprofundam a lógica de indústria cultural e os métodos do capitalismo. Afirma ainda que com as mudanças na economia capitalista para o conceito neoliberal globalizante, as empresas de comunicação seguiram o caminho de fusões e aquisições de grandes companhias globais. Ainda traz à tona a característica de concentração da mídia, oligopólios que beiram monopólio.

CHAUI (2006) aprofunda sua análise sobre o aspecto econômico de concentração dos meios de comunicação afirmando que as decisões, ou melhor, o poder econômico não é exercido por agentes que decidem a favor de seus próprios interesses. Os sujeitos de poder deixam de ser (numa economia complexa e de profundidade capitalista global) os proprietários dos meios de comunicação, ou os estados ou ainda grupos e partidos políticos. O sujeito de poder sobre a comunicação passa a ser o grande capital. Nesse aspecto é possível entender as multiplicações de programas reproduzidos em várias línguas e países, a padronização jornalística televisiva, a agenda dos veículos de porte regional nacional no que diz respeito à política nacional e internacional, economia e cultura.



No aspecto da ideologia, CHAÚÍ (2006) define uma linha: a da competência. “Pensamos que a ideologia invisível só se torna compreensível como exercício de poder se a considerarmos por outro prisma, aquele que temos denominado com a expressão ideologia da competência”. Para ela, a ideologia da competência pode ser resumida na hipótese de que “não é qualquer um que pode em qualquer lugar e em qualquer ocasião dizer qualquer coisa a qualquer outro” CHAÚÍ (2006). Há uma determinação prévia de quem tem competência e, por conseguinte, o direito de falar. E quem não tem competência e num mesmo desenrolar, tem o dever de ouvir. Assim como pré-determinados são os lugares e as circunstâncias em que se pode falar e ouvir, e mais ainda, define o conteúdo do que pode ser dito e deve ser ouvido. Avançando no debate da democratização, essas distinções valem por dividirem socialmente a relação dos que podem dizer e os que devem ouvir.

“Essas distinções têm como fundamento uma distinção principal, aquela que divide socialmente os detentores de um saber ou de um conhecimento (científico, técnico, religioso, político, artístico), que podem falar e têm o direito de mandar e comandar, e os desprovidos de saber, que devem ouvir e obedecer. Em uma palavra, a ideologia da competência institui a divisão social entre os competentes, que sabem, e os incompetentes, que obedecem” CHAÚÍ (2006).

Os meios de comunicação se utilizam da figura do competente para “ensinar” a sociedade como deve ser a moda, a oração, a culinária, o comportamento, a política, a organização. Dizem o que pensar, sentir, falar, agir. O poder dos meios de comunicação de massa é de intimidação social e cultural. Mais ainda, é um poder de criar a realidade, “a forma máxima do poder”. Um poder grande, que faz a realidade virtual ou a virtualidade real. O poder ideológico-político dos meios de comunicação de massa é realizado na produção de simulacros.

Mas a democracia demanda mais reflexão sobre a relação da comunicação nos estudos da política. Há uma lacuna, de acordo com DOWNING (2002), traz à tona a avaliação de que estudar a política sem falar da comunicação não contempla nem os seres humanos.

“Em outras palavras, a maioria dos modelos de democracia dos analistas políticos, por não contemplarem a comunicação, não contemplam também os seres humanos. Não há o risco aqui de se caricaturar a simplificação inerente à construção de um modelo? Não quero dizer que esses teóricos não têm nada a nos oferecer. Digo apenas que são obcecados com estruturas e questões, leis e procedimentos institucionais. Tudo isso é importante, sem dúvida, mas – na ausência de atores e grupos que se comunicam – seus modelos assemelham-se a uma máquina fantasma que nem mesmo tem fantasma. Estão flagrantemente fora da realidade, pois como, numa sociedade de larga escala, a democracia



pode se comunicar sem também usar a mídia? No entanto, se todo esse processo de comunicação, que se faz presente de maneira inexorável, não é discutido pela simples razão de ser azeitado automaticamente e não problemático e, portanto, uma dimensão trivial para os cientistas políticos profissionais, por que então eles não nos dizem onde fica esta terra mágica e invisível para que todos possamos ir até lá e ver como funciona”. DOWNING (2002)

Tomando esta reflexão, avançamos a discussão para que não só no debate da democracia seja problematizada, a comunicação como meio de dar informações utilizando os veículos tradicionais, mas no pensamento da comunicação em suas mais diversas ferramentas tecnológicas do século XXI aprimorando os caminhos da democracia em todos os espaços. Uma possibilidade do justo e amplo controle social das ações dos poderes públicos.

Já nos meios digitais, as ações de comunicação a partir da internet têm grande potencial na tarefa de democratizar a informação, oportunizando aos cidadãos a participação na construção da notícia. Isso se dá de maneiras diversas. Por meio de um alerta sobre alguma falha da informação, ou tecendo comentários que complementem tal fato com mais dados ou com opinião, a propagação da informação para uma rede de contatos, enfim, as ações podem ser muitas a partir de ferramentas como Site ou Blog, perfis e grupos presentes em redes sociais (Orkut, twitter, facebook), ferramentas de email em massa, grupos de e-mail.

As ferramentas que se utilizam do ciberespaço têm potencial de dar visibilidade à alguma ação pública ou informação, inclusive como ferramentas para a prática do jornalismo.

“Entre elas, o uso dessas páginas como ferramentas jornalísticas e como ambientes de divulgação de informações sobre políticas e até como espaço para debates públicos. A facilidade de criação e manutenção das páginas, que dispensam conhecimentos sobre linguagem de programação e os recursos interativos que possibilitam a participação dos leitores através de comentários são os principais ingredientes que contribuem para o sucesso dessas páginas e para a constante ampliação de suas formas de utilização” AGUIAR (2006)

Discutir democracia por intermédio dos meios digitais também tem limitações, em especial nos espaços de discussão política. As ferramentas são mais simples, as notícias circulam com mais agilidade e facilidade, segue-se um padrão de facilitar a leitura com textos rápidos e objetivos, entretanto, há uma limitação comportamental da população, em especial brasileira, ainda com resquícios de período de repressão militar que não consegue perceber-se como parte fundamental do processo político e que esse processo vai muito além da participação eleitoral. Outro desafio é ainda a distância do povo



brasileiro aos meios digitais. Num país ainda com índices altos de analfabetismo e pobreza, a exclusão digital é realidade para grande parcela da população.

No cenário brasileiro, antes as debilidades sociais, torna-se ainda mais evidente o necessário esforço para que a comunicação seja acompanhada de intenso controle por parte dessa sociedade com tamanhas desigualdades. A democracia deve caminhar no sentido de um processo civilizatório, que insira, em seus conteúdos de comunicação todas essas parcelas da população e possibilite, a busca por pleno acesso à produção e acesso às informações.

“Para se constituir como uma nação substantivamente democrática, para caminhar no sentido da humanização, o Brasil deve deflagrar um processo civilizatório a partir do controle público dos meios de comunicação de massa. Esta é uma tarefa para agora. Não há protelações aceitáveis. Não há como abdicar das tarefas inerentes à democratização da comunicação”. FNDC (1994)<sup>3</sup>

A ausência de uma legislação consistente no que tange à Comunicação no Brasil facilita a concentração e é um entrave aos caminhos para o controle social e a democratização. De acordo com o FNDC, as legislações existentes são regulamentações de segmentos específicos, e mesmo assim encontram-se defasadas. Também é ausente uma política, ou uma ação de Estado. Hoje o Ministério das Comunicações brasileiro atua mais como gestor de infra-estrutura e abdica de atuar no conjunto da comunicação. Levando ao quadro descrito pelo documento abaixo.

“Prevalece uma autoritária e excludente concentração de poder sobre a definição do conteúdo dos meios de comunicação de massa em alguns poucos indivíduos e grupos. A maioria absoluta dos cidadãos sofre de uma crônica incapacidade até mesmo para perceber a linguagem e os artifícios empregados pelos meios de comunicação social, sendo reduzidos à condição de meros consumidores e receptores passivos, numa dramática usurpação da cidadania. Existe uma incompreensão dos setores organizados da sociedade sobre o papel contemporâneo da comunicação na construção da democracia e da cidadania”. FNDC (1994)

Questões importantes deveriam ser tratadas pela legislação brasileira, mas há uma defasagem grave que possibilita a criação de conglomerados e permite a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos. Na sociedade o impacto disso, é a manutenção de grupos políticos e econômicos e a perpetuação de sistemas desiguais sociais, educacionais, comunicacionais, políticos e econômicos.

“O vazio legal no Brasil permite tudo e uma das conseqüências é a concentração dos meios de comunicação em poucas mãos. Os frágeis limites à propriedade cruzada são facilmente superados pelos grandes conglomerados. Como

---

<sup>3</sup> Bases de um Programa para a área das Comunicações no Brasil - versão aprovada na V Plenária do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (julho de 1994)



exemplo, tomemos o maior deles, as Organizações Globo dona de 23 veículos nacionais de comunicação (6 Tvs em VHF, 7 emissoras de rádio AM, 6 em FM e 4 jornais), de uma editora com 11 títulos de revistas, duas gravadoras, 5 canais de Tv a cabo, uma operadora de TV a cabo e um provedor de internet. A esse núcleo de poder se associam 204 veículos de emissoras afiliadas instaladas em sete grandes conglomerados regionais controlados pelas famílias Sirotsky com a RBS no Rio Grande do Sul e Santa Catarina; Jaime Câmara em Goiás, Tocantins e Distrito Federal; Antonio Carlos Magalhães na Bahia; Albano Franco em Sergipe; Collor em Alagoas; Alves no Rio Grande do Norte, Sarney no Maranhão e Calisto Lobo, no Piauí, para ficar apenas em alguns. 80% da população brasileira tem nesses meios a sua única fonte de informação”. FNDC (1994)

As redes sociais e toda a popularidade que esse mecanismo de comunicação assumiu nos últimos anos estão não somente relacionadas ao fator do desenvolvimento da tecnologia, mas à possibilidade de horizontalizar a informação. É um fenômeno que envolve as novas tecnologias que tornam a comunicação mais participativa, rápida e popular e as devidas apropriações. Em um tempo de hiperconexão em rede, as pessoas não estão apenas conectadas, mas participam de seus grupos sociais, gera novas formas de fazer circular, difundir e também filtrar o conjunto de informações.

Hoje, elas - as redes sociais - são os meios e as mensagens. Os sites são extremamente significativos para a revolução da mídia social por criarem redes em permanente conexão e por onde as informações são diretas e imediatas ou em mensagens, assíncronas. Mídias sociais assumiram o papel de passar as mensagens, debater, produzir informações, filtra as informações e podem formar coletivamente resultados.

Mesmo assim, quando BRAMBILLA (2011) aborda a questão da política e dos políticos, as redes sociais no Brasil ainda não estão com toda maturidade necessária. A abstenção foi aproximadamente 20% no segundo turno nas eleições 2010, demonstra que não houve potencial mobilizador para atrair a porcentagem que não vai votar desde 1989; os programas de governo não tiveram participação das redes sociais em sua elaboração, não houve o estímulo a participação popular; os políticos na rede limitavam-se a responder elogios e a repassar também somente elogios, as críticas e cobranças pouco eram tratadas, as mobilizações nas redes eram formadas por times e mais se falava dos defeitos dos adversários do que das qualidades do seu candidato.

Seguindo, BRAMBILLA (2011) avalia a eficácia das redes sociais no Brasil e como foi o tom que ela conseguiu atingir com o comportamento dos eleitores durante a campanha 2010, levando em consideração a característica desigual do país.

“Num país profundamente desigual como o Brasil, a Internet ainda não tem penetração suficiente para ser influente sobre uma parcela decisiva dos eleitores. Mas a impressão que fica é que a linguagem das redes sociais, com sua ligeireza e seletividade, deu o tom das campanhas. No segundo turno,

principalmente, a ênfase em assuntos como a religião e o aborto foi feroz na Internet e vazou para a propaganda eletrônica que chegava aos eleitores offline. Pesquisas registraram perda de votos entre os candidatos após a insistência no tema”. BRAMBILLA (2011)

Aliado a isso, SCHWARTZENBERG (1977) relaciona à política uma característica de espetáculo assim como DEBORD (1997) apresenta na sociedade. Essa interpretação sobre os políticos possibilitam perceber que os mecanismos são os mesmos. “A política, outrora era idéias. Hoje, é pessoas. Ou melhor, personagens. Pois cada dirigente parece escolher um emprego e desempenhar um papel. Como num espetáculo” (SCHWARTZENBERG, 1977). A partir do momento que percebemos essa caracterização de valorização das imagens para os políticos que em certos momentos se transformam no próprio discurso político: “A imagem faz conhecer ou reconhecer. Ela cria ou consolida a notoriedade ao servir de símbolo visível e tangível”. (SCHWARTZENBERG, 1977)

A partir daí, podemos considerar que o estudo questão interfere diretamente nas imagens de todos os vereadores de Macaé. E, o espetáculo, quase sempre unísono e sem grandes repercussões, mudou o personagem principal e a abrangência. Unísono devido ao desenho político municipal. Levando-se em consideração a disputa política macaense a partir de 2009, com o início do mandato dos atuais parlamentares, prefeito e vice, está configurada de forma amplamente desigual. Dos 12 vereadores que compõem o legislativo da cidade, somente um desenvolve o papel de opositor ao executivo municipal.

Além disso, Macaé vive um processo histórico de desgaste social, com o aumento das demandas conseqüentes da indústria do petróleo (infra-estrutura, habitação, atendimento de saúde e educação, abastecimento de água e tratamento de esgoto, preservação ambiental, transporte público, qualificação profissional, moradia). Fruto do inchaço populacional nos últimos 20 anos no município e toda a região da Bacia de Campos, no Norte Fluminense.

O desgaste político ante a população e o não atendimento às demandas não refletiu nas últimas duas décadas em mudanças no quadro político do município. Apelidado Capital do Petróleo, Macaé, uma antiga vila de pescadores deixa no passado suas características econômicas originais para uma mudança radical, aprofundada no final da década de 1990 com a flexibilização da lei de petróleo e maior participação dos municípios nos recursos advindos da exploração de petróleo no Brasil. Com isso, os recursos orçamentários cresceram a cada ano chegando a 2011 a atingir a marca de R\$ 1bi 536



mi. Em paralelo a isso, nas eleições municipais, a hegemonia política alterna entre as famílias Lopes Teixeira e Mussi no poder executivo, e no legislativo, a cada eleição (1996, 2000, 2004, 2008) a coligação de apoio ao chefe do executivo amplia sua base parlamentar. Em 2011 elegeu 11 dos 12 vereadores.

Diagnosticada a configuração política e econômica, o comportamento da imprensa tradicional em Macaé segue o perfil da comunicação política debatido anteriormente por este trabalho. As pautas e informações definidas a serem repassadas à sociedade estão relacionadas aos interesses políticos e econômicos do dono do veículo ou dos grupos que os mantêm. Sendo assim, pode-se concluir que um parlamentar de oposição na Câmara Municipal de Macaé não ocupa muito espaço nos jornais locais.

Com a dada configuração política, o pouco acesso aos jornais locais e a tentativa de dialogar com mais qualidade com eleitores e a sociedade em geral, o mandato do vereador Danilo Funke aprofundou a utilização de seus próprios meios de comunicação<sup>4</sup>. Esses instrumentos passam a ser a produção da contra-informação política ante as situações apontadas. Ações de comunicação que levaram a sociedade macaense a debater a necessidade de democratizar a informação do poder legislativo local.

Duas ações ganharam notório destaque e dão o norte deste artigo. A primeira ação que serviu como matéria prima para toda repercussão, em cima da página eletrônica e do twitter do vereador Danilo Funke de Macaé, foi veiculada no dia 15 de abril de 2011 no site do vereador com o título: Rejeitado Plano de Cargos para professores. Informa que a indicação 397/2011 apresentada por Danilo Funke foi rejeitada por 8 votos a 2 na terça feira dia 12 de abril. Diz ainda que o projeto solicitava a elaboração do Plano de Cargos e Salários dos professores da rede municipal, acrescentando que esta pauta é uma antiga reivindicação da categoria. A polêmica surgiu com a veiculação nesta mesma matéria das fotos dos vereadores e seus respectivos votos. Utilizando o site de relacionamentos Twitter, indicando o endereço para o site.

O jornal local O Debate também publicou matéria sobre a rejeição da indicação de Danilo Funke. O texto que está no jornal impresso do dia 13 de abril traz a seguinte manchete “Bancada garante elaboração de plano salarial para professores”, no texto o jornal minimiza o voto contrário à indicação apresentada por Funke e valoriza a garantia da bancada do governo e do presidente da Câmara de que a proposta terá andamento.

---

<sup>4</sup> Site ([www.danilofunke.com.br](http://www.danilofunke.com.br)), boletins eletrônicos semanais encaminhados aos e-mails cadastrados, jornais impressos e perfis em redes sociais twitter e facebook.



Mais uma ação de comunicação desenvolvida pelo mandato Danilo Funke ocorreu no dia cinco de abril de 2011. Com um laptop, uma webcam, cabos de energia e de conexão da câmera ao computador e dispositivo de internet móvel, a twitcam<sup>5</sup> do vereador Danilo Funke transmite pela primeira vez a sessão da Câmara Municipal na internet. Vale considerar que as reuniões legislativas acontecem às 10 horas<sup>6</sup>, horário de trabalho para a maioria esmagadora da população. No dia onze de abril, segunda feira seguinte, Macaé recebia o senador Lindbergh Farias na Câmara Municipal, novamente o equipamento foi preparado e a transmissão possibilitada. A discussão sobre a duplicação da BR 101 pôde ser acompanhada pela internet.

Na terça feira seguinte, dia 19 de abril as reações começam aparecer. A Câmara Municipal recebe o Secretário de Educação e vereadores alertam que as imagens transmitidas na internet seriam ilegais.

Em 27 de abril a Câmara de Macaé recebe e aprova denúncia apresentada pelo vereador Julio Cesar de Barros (PMDB) alegando quebra de decoro parlamentar por parte de Danilo Funke por transmitir a imagem e o discurso dos vereadores utilizando o twitter.

A partir do documento criou-se a Comissão de Ética, Bons Costumes e Decoro Parlamentar para apurar os questionamentos apontados como quebra de decoro parlamentar, e pedia, ao final da investigação, a cassação do mandato de oposição tomando por base a não autorização na utilização da imagem dos vereadores. Abaixo trecho da denúncia:

“O vereador Danilo Funke Leme, publicou em seu site oficial, a foto e nome dos vereadores que supostamente teriam votado contra “indicação” apresentada pelo mesmo... O ato praticado pelo Vereador, ora Denunciado, não condiz com a conduta de um Parlamentar, e com o exercício da Vereança, trazendo total instabilidade a esta Egrégia Casa, além da má-fé que se apresenta”

Não é intenção deste trabalho, recorrer de discussões jurídicas e políticas diante do exposto, entretanto é necessário registrar estranheza à não autorização da utilização de imagem de pessoas públicas (vereadores) em seu exercício de mandato eletivo, considerando que a reunião era aberta e com acesso do público. Retomemos algumas discussões trazidas por BRESSER PEREIRA e GRAU.

“A proteção do direito à coisa pública, de fato, implica recriar o espaço público como o espaço que torna possível a conexão do princípio da igualdade política com o da participação dos cidadãos no que é de interesse comum, qualquer que

---

<sup>5</sup> Ferramenta disponibilizada pelo microblog Twitter que transmite em tempo real um fato aos membros conectados a um perfil específico que emite as imagens.

<sup>6</sup> As sessões da Câmara de Macaé acontecem às terças e quartas feiras às 10 horas.



seja o âmbito em que ele esteja situado. (BRESSER PEREIRA e GRAU, 1999:25)”

As reações foram além, e por todo Brasil foi possível encontrar manifestações em Blogs, sites, jornais (locais e regionais), TV e rádios. E discursos, notas, moções por parte de políticos em diversas esferas: vereadores de outros municípios, deputados estaduais, federais, senador. E ainda por movimentos sociais que declararam solidariedade oficialmente.

Para definir uma linha para este estudo diante das repercussões: 1) avaliar abordagem dos jornais impressos: locais e regionais/nacionais; 2) relacionar importantes sites de notícias e blogs.

1) A) O debate: Quarta feira 27 de abril de 2011- Chamada de capa com foto: “Câmara acata denúncia e pedido de cassação de mandato de vereador”.

Com 10 votos favoráveis e um contrário, o plenário da Câmara de Vereadores aceitou ontem a denúncia apresentada por Júlio César de Barros (PMDB), por injúria e uso indevido de imagem, contra Danilo Funke Leme (PT). O documento, que solicita também a cassação do mandato do parlamentar petista, tem como base denúncias e informações veiculadas no site oficial do denunciado que será analisado pela Comissão Permanente de Ética, Moral, Bons Costumes e Decoro Parlamentar.

Diz ainda que os vereadores cobram punição e as opiniões dos vereadores reforçando que as imagens não foram autorizadas para serem veiculadas no site do vereador nem no twittcam.

Traz também trecho do discurso de Danilo Funke que pontuou: “É por essas questões que eu defendo a transmissão das sessões da Câmara. Só foram registrados 50 acessos no site até o momento que eu determinei a retirada do conteúdo. Estou muito a vontade e responderei tudo, através da apresentação da minha defesa”.

b) Jornal O diário: quarta feira 27 de abril de 2011 Página 3, canto direito , sem foto. Traz como título – “Vereador de Macaé Danilo Funke poderá ser cassado”

Matéria diz que vereador pode ser cassado ou afastado do cargo por um período. Fala do autor da denúncia e aponta como os motivos o uso indevido da imagem e nome dos vereadores no site de Danilo Funke na discussão sobre Plano de Cargos e Salários dos Professores. O jornal relacionou os dez votos favoráveis a denúncia contra Funke (Luiz Fernando; Paulo Antunes; Antônio Franco; Mirinho; Julio Cesar de Barros; Carlos Emir Mussi Júnior; Paulo Paes Filho; George Jardim; Igor Sardinha; e Jorge de Jesus) e o único voto contrário de Danilo Funke.



c) O Estado de São Paulo – 03 de maio de 2011: “Vereadores querem cassar colega tuiteiro – único opositor de Macaé (RJ) enfrenta processo por divulgar votação”. Texto explora a questão política da tentativa de cassação do único vereador de oposição e ironiza a questão da quebra do decoro parlamentar pelo twitter. “Twitter fere o decoro parlamentar”. Diz que a punição é devido a transmissão da votação do sobre o plano de cargos e salários dos professores. Fala ainda do requerimento de Julinho que dizendo não ter autorizado o uso de sua imagem. Líder do governo diz que Danilo jogou 7 mil professores contra eles. Finaliza com análise política apontando como afirmações de Danilo que o processo de cassação é “mais um capítulo dele com grupo político que governa a cidade por décadas”. Divulga ainda abaixo assinado que circula na internet sobre o caso.

d) O Globo – 03 de maio 2011 a coluna Ancelmo Gois traz como título: “Censura Municipal”. Transcrito na íntegra:

Com apoio de nove colegas, o vereador de Macaé, RJ, Julinho do Aeroporto, do PMDB, pediu a cassação do colega petista Danilo Funke.

É que o político transmitiu, pelo twitter, a votação do plano de cargos e salários dos professores, revelando, assim, o voto de cada vereador.

e) Folha de São Paulo – 04 de maio de 2011. Título: Vereador de Macaé corre risco de cassação por ter tuitado sessão.

Diz que por ter usado o microblog twitter para transmitir sessão na Câmara Danilo corre risco de perder o mandato. Fala da denúncia e do pedido de cassação. Apresenta fala de Danilo Funke afirmando que as sessões são públicas

e que a casa tem cinegrafista e que a cassação é por ser único de oposição. Também traz fala de assessoria de Julinho do Aeroporto que a divulgação nas redes sociais é que os vereadores votaram contra professores.

2) Sites de notícias: Estadão; G1/GLOBO; REVISTA ISTOÉ; Último Segundo/Portal IG; Portal Uol; O Povo de Fortaleza; Tribuna do Norte/ Natal; Portal R7/Record; O Dia; Portal Terra; MaisPB/ Paraíba; Revista Veja; A Tarde/ Salvador-BA; O Estado do Paraná; Tribuna do Norte – PR; Jornal de Brasília; Jornal do Tocantins; Manchete do Vale – SC; O Estado de Minas; Bahia TodaHora; Nossa Metrópole/BA; entre outros. Blogs Urgente; Blog Roberto Moraes, Carlos Farias Café; Blogs de movimento sociais como Sindicato Petroleiros do Norte Fluminense e OAB-Macaé.

A ação de comunicação estudada, desenvolvida pelo vereador Danilo Funke, motivo de tamanha repercussão regional e nacional aponta para desdobramentos políticos, que já



ocorreram e que ainda podem ocorrer, com o julgamento da cassação marcado para o final de maio. Mesmo não sabendo o efeito definitivo das ações, podemos enumerar alguns pontos:

a) Discursos e notas públicas<sup>30</sup> de vereadores, deputados, senador, etc: fizeram pronunciamento na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro os deputados Inês Pandeló (PT), Robson Leite (PT), Marcelo Freixo (Psol), Flávio Bolsonaro (PP), Alcebíades Sabino (PSC) e André Lazzaroni (PMDB), foi emitida nota oficial da Bancada da PT na Alerj, Deputado Zaqueu Teixeira declarou seu apoio com texto no twitter; No Congresso Nacional fizeram pronunciamento os deputados Dr. Aluízio (PV-RJ), Edson Santos (PT-RJ), Chico D'Angelo (PT-RJ) e o Deputado Vicentinho (PT-SP) prestou solidariedade também no twitter. Senador Lindbergh Farias (PT) prestou solidariedade pelo twitter e por nota pública; Câmaras de Vereadores, Vereador Elton Teixeira de Queimados, Vereador Taffarel de Mesquita, Vereadora Odisséia de Campos, Vereador Reimont do Rio de Janeiro, Vereador Waldeck de Niterói.

30 Os discursos e as notas obtidas serão anexadas ao trabalho

b) Movimentos sociais que emitiram posicionamento público: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, OAB-Macaé, Movimento Fé e Política Litoral, Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação – SEPE/Macaé-RJ, Sinpro – Sindicato dos Professores da Rede Particular, Psol Macaé/Rio das Ostras, Centro Acadêmico de Direito da UFF/Macaé, Grêmio Estudantil do IFF – Instituto Federal Fluminense/Macaé. Estas entidades participaram de um ato público que foi realizado no dia 12 de maio na praça Veríssimo de Mello em Macaé.

c) Solidariedade na internet: As visitas aos perfis facebook e twitter aumentaram de forma considerável para prestarem solidariedade e demonstração de apoio. Os perfis assumiram característica mais intimista e de agradecimento. Campanhas surgiram tanto no twitter, quanto no facebook quanto nos sites de petições eletrônicas. Um abaixo assinado eletrônico foi criado no dia 28 de abril e possui cerca de 1200 assinaturas e ainda campanhas #ficadanilo circularam pelas redes sociais.

d) O afastamento público do responsável pela comunicação devido à crise política e institucional criada. Dois fatores se conflitam: a carta de afastamento do assessor datada do dia 3 de maio e divulgada a partir do dia 4 na internet e publicada no jornal O Debate no dia 6 de maio no espaço de opinião, e a publicação oficial da exoneração do assessor de Funke sai no dia 4 e por prerrogativa do Presidente da Câmara.



e) Decisão pelo afastamento por 90 dias do vereador de suas atividades parlamentares, deliberação aprovada na manhã de 17 de maio de 2011 pela ampla maioria dos vereadores com único voto contrário do acusado.

O caso Danilo Funke teve um desfecho durante o mês de junho com decisão judicial que emitiu liminar reconduzindo o parlamentar a suas plenas funções. Ainda cabe recurso por parte da mesa diretora da casa, sendo assim, o caso ainda pode gerar novos desdobramentos.

Outras ações desencadeadas durante o período de pouco mais de um mês em que o vereador esteve suspenso foram: a aprovação de requerimento solicitando a transmissão das sessões da Câmara via rádio, TV e internet e o anúncio feito pelo presidente da Câmara de que a partir de agosto, fruto de acordo com a TV ALERJ<sup>7</sup>, devem ter início às transmissões das sessões plenárias dos vereadores macaenses.

### **Conclusão**

Após exposição de breve discussão teórica da relação da comunicação e da política, da democratização da comunicação, aliando à apresentação do caso Danilo Funke, as ações de comunicação que geraram repercussão nacional e um processo de cassação do vereador responsável por uso indevido de imagens de pessoas detentoras de cargos públicos, é possível vislumbrar algumas conclusões.

O desenvolvimento da tecnologia, das comunicações, o advento das redes sociais e tudo mais de novidade que surge a cada dia, precisam ser adotados, em especial pelos detentores de funções investidas pelo voto popular, com grande seriedade. As redes sociais possibilitam uma interação maior do representante com o representado, o contrário também é válido.

As ferramentas de comunicação que vimos têm potencial colaborador para elaboração de políticas, para enriquecimento de debates, para propagação de informação e para seleção de conteúdo. São ferramentas de toda sociedade que ainda segue sua busca por plena democracia.

Com a utilização dos mecanismos proporcionados pelas redes sociais pode-se buscar uma democracia que deixe no passado o quadro em que a população delega ao político eleito as responsabilidades. O exemplo de Macaé, no Norte Fluminense, tomando como base ações de um vereador jovem utilizando a comunicação de forma estratégica, torna-

---

<sup>7</sup> Canal oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro



se propulsor para outros estudos, para reflexões mais aprofundadas, para talvez, um passo no caminho de um novo modelo democrático, uma sociedade de corresponsáveis, uma democracia deliberativa, não mais delegativa. Uma realidade em que as instituições e as comunicações sejam plenamente democráticas e o povo, de fato, livre.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ABRAMO, Zilah Wendel & FRATI, Mila (org.). *Democratização do Parlamento: alargando as fronteiras da representação e da participação política* – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- AGUIAR, Kátia Fonseca. *Ciberesferas públicas: os blogs como espaços de discussão política*. Trabalho apresentado como requisito parcial para a aprovação na disciplina *Mídia e Política*, ministrada pela Prof. Ângela Marques, no curso de Especialização em Comunicação: Imagens e Culturas Midiáticas – 1o semestre, UFMG, 2006 – (disponível em [www.bocc.ubi.pt/pag/aguiar-katia-ciberesferas-publicas-blogs.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/aguiar-katia-ciberesferas-publicas-blogs.pdf))
- BRAMBILLA, Ana (org.). *Para Entender as Mídias Sociais*. 2011. E-book disponível em <http://paraentenderasmidiassociais.blogspot.com>
- CHAUÍ, Marilena. “Simulacro e poder: uma análise da mídia”. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- DAVIS, Mike. *Cidade de Quartzo: escavando o futuro de Los Angeles*. Campinas: Página Aberta, 1993.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.
- DOWNING, John, D. H. *Mídia radical*. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: SENAC, 2002.
- MIDÕES, Miguel. *Comunicação Política: que futuro?* (2009) (Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/midoes-miguel-comunicacao-politica-que-futuro.pdf>)
- PIQUET, Rosélia. *Mudança econômica e novo recorte regional no norte fluminense*. Trabalho apresentado no X Encontro Nacional da ANPUR, Belo Horizonte, mai/2003. (Disponível em <http://www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/index.php?cod=4>)
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *O Estado Espetáculo*. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel/Difusão Editorial S.A., 1978.